



**CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS TERRITÓRIOS  
CANTUQUIRIGUÇU/PR, NOROESTE COLONIAL/RS, BACIA LEITEIRA  
ALAGOANA/AL**

***CHARACTERISTICS OF FAMILY FARMING IN THE TERRITORIES  
CANTUQUIRIGUÇU/PR, NOROESTE COLONIAL /RS, BACIA LEITEIRA  
ALAGOANA/AL***

**Autor(es):**

**Gustavo Henrique da Rocha Pereira**

Filiação: Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR (UFFS/LS)

E-mail: gp125022@gmail.com

**Rodrigo Taliani Coelho Sampaio**

Filiação: Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da UFFS/LS

E-mail: rodrigotalianics@outlook.com

**Guilherme Fontana Ramos**

Filiação: Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFFS/LS. Doutorado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa/MG.

E-mail: guilhermefontanar@yahoo.com.br

**Janete Stoffel**

Filiação: Doutora em Desenvolvimento Regional pela Unisc/RS. Docente no Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e no curso de Graduação em Ciências Econômicas na UFFS/LS

E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

**Grupo de Trabalho (GT): <<GT5 Agricultura Familiar e Ruralidades>>**

**Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar características da agricultura familiar nos territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná, Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul e Bacia Leiteira Alagoana em Alagoas. Para isto foram acessados dados secundários elaborados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017. Os dados selecionados estão inseridos nas dimensões econômica, social e ambiental. Procura-se identificar e caracterizar aspectos da agricultura familiar nas regiões estudadas, tendo em vista o contexto da agropecuária brasileira, que historicamente favorece políticas agrícolas de cunho patronal e não familiar. Para isto apresenta uma fundamentação teórica sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar, territórios da cidadania. Em termos metodológicos foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo documental com dados secundários, utilizando-se informações disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), sendo estes dados tratados com estatística descritiva. Dentre os resultados econômicos se verifica que a agricultura familiar responde por mais de 79% do número total de estabelecimentos nos três territórios, e responde ao menos 74% das pessoas ocupadas na agropecuária. As principais atividades com as quais a categoria se dedica são produção de lavouras temporárias, horticultura e floricultura, pecuária e criação de outros animais e produção florestal-florestas plantadas e nativas. No aspecto social aparece o predomínio do gênero masculino e com idades mais elevadas dentre aqueles que dirigem os estabelecimentos familiares e que o nível de escolaridade é baixo, inclusive com número expressivo daqueles que sequer são alfabetizados. E por fim, no aspecto ambiental foi possível

perceber que são altos os percentuais de estabelecimentos familiares que informaram fazer uso de agrotóxicos, enquanto o percentual daqueles que atuam na produção orgânica ainda é baixo.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Censo Agropecuário 2017. Desenvolvimento rural. Territórios da Cidadania.

### **Abstract**

The article aims to present characteristics of family farming in the territories of Cidadania Cantuquiriguaçu, in the state of Paraná, Noroeste Colonial in Rio Grande do Sul and Bacia Leiteira Alagoana in Alagoas. For this, secondary data prepared by the IBGE in the 2017 Agricultural Census were accessed. The selected data are included in the economic, social and environmental dimensions. We seek to identify and characterize aspects of family farming in the studied regions, bearing in mind the context of Brazilian agriculture, which historically favors agricultural policies of an employer and non-family nature. For this, it presents a theoretical foundation on rural development, family farming, territories of citizenship. In methodological terms, a bibliographic review and a documental study were carried out with secondary data, using information available in the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA), and these data were treated with descriptive statistics. Among the economic results, it can be seen that family farming accounts for more than 79% of the total number of establishments in the three territories, and accounts for at least 74% of people employed in agriculture. The main activities with which the category is dedicated are the production of temporary crops, horticulture and floriculture, livestock and raising of other animals and forest production - planted and native forests. In the social aspect, there is a predominance of males and older people among those who run family establishments and that the level of education is low, including a significant number of those who are not even literate. And finally, in the environmental aspect, it was possible to notice that the percentages of family establishments that reported using pesticides are high, while the percentage of those that work in organic production is still low.

**Key words:** Family farming. 2017 Agricultural Census. Rural development. Territories of Citizenship

## **1. Introdução**

Em relação ao desenvolvimento, inicialmente, cabe ressaltar que esse foi considerado por muito tempo sinônimo de crescimento econômico. Amparando-se em argumentos de Favareto (2006a), pode-se afirmar que, praticamente até finais do século XX, vigorou a ideia de que, para haver desenvolvimento, deveria haver crescimento, estando esse atrelado à industrialização e urbanização. Aguiar (2011) menciona que, associado ao progresso, crescimento e modernização, o desenvolvimento era analisado a partir de uma visão reducionista.

No Brasil, observa-se esse comportamento através das ações de governos, que sugeriam a necessidade de o crescimento ocorrer primeiro, para depois poder ser efetuada uma distribuição de seus benefícios. Nas últimas décadas do século XX, foram iniciados debates sobre a exaustão de recursos provocada por crescimentos desenfreados. Os defensores do meio ambiente foram os precursores dessas discussões, demonstrando que o crescimento poderia ser

maléfico, se não administrado e planejado, provocando os debates em torno do sustentável. A visão de que se tornava necessário pensar no momento presente e no futuro passou a ser importante. O setor agrícola que, após a Revolução Verde, passou a utilizar insumos químicos tais como agrotóxicos em maior intensidade, foi um daqueles que acabou sendo avaliado e julgado quanto à sua capacidade de promover desenvolvimento no meio rural.

No início do século XXI, novas correntes de interpretação passaram a apontar que o crescimento seria uma condição necessária, porém insuficiente, para que as pessoas e os locais pudessem alcançar o desenvolvimento. A preocupação com os lugares está inserida nas discussões territoriais e regionais cujo foco vem direcionado ao lugar de que se está falando. Este raciocínio passou a valer tanto para territórios quanto para os agentes que atuam e/ou vivem nesses. Associações entre as condições de vida que as pessoas podem alcançar e o nível de desenvolvimento, passam a ter maior importância, inseridas em contextos nos quais a liberdade de escolha torna-se fundamental, devendo ser superadas as privações de liberdade existentes (SEN, 2000).

O desenvolvimento passou a ser compreendido como um conceito amplo, mas que pressupõe o acesso por parte das pessoas à alimentação, saúde, educação, habitação, lazer, além da renda. De modo que o desenvolvimento inclui as questões econômicas, mas também engloba questões políticas, sociais, ambientais e culturais (KÜHN, 2015).

Assim, o desenvolvimento pressupõe mudanças estruturais e condições de vida adequadas para as pessoas satisfazerem suas necessidades e poderem viver sua vida com dignidade. Sob este viés quando olhamos para o campo consideramos importante que neste espaço ocorra o desenvolvimento rural, o qual para Ploeg (2008) se orienta por processos de mudança interna, nos quais as alterações sejam provocadas pelas comunidades, nas quais os agricultores pratiquem a diversificação em seus processos produtivos, com a finalidade de obter espaços no mercado. Neste aspecto, os agricultores familiares, com seu modo de vida, práticas e estilos de comercialização são atores importantes a serem conhecidos e fortalecidos.

Para melhor caracterizar os agricultores familiares é importante compreender que neste grupo predomina a mão de obra familiar, a gestão do estabelecimento é feita pela família, sendo a renda oriunda principalmente do empreendimento familiar e com área de até quatro módulos fiscais (STOFFEL, 2012). Esta categoria historicamente foi predominante quanto ao número de estabelecimentos e pessoas ocupadas e manteve sua atuação em pequenas extensões de terra. De modo que no ano de 2017 o percentual de estabelecimentos que estava nas mãos dos agricultores familiares era de 77% os quais ocupavam apenas 23% da área total disponível no país.

Assim, com base no exposto nos parágrafos anteriores e tendo como premissa a importância da agricultura familiar para as regiões nas quais ela está presente no meio rural, neste artigo se busca apresentar características que se inserem nas dimensões econômica, social e ambiental para a categoria existente em municípios inseridos em três territórios da Cidadania: Cantuquiriguaçu no Paraná, Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul e Bacia Leiteira Alagoana em Alagoas.

A delimitação dos locais a serem estudados está relacionada ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa que envolve tais espaços, uma vez que os membros da pesquisa fazem parte das três regiões. Assim, no decorrer do texto deste artigo a estrutura composta de seis seções (incluindo esta introdução) aborda a fundamentação teórica que orienta o texto, metodologia da pesquisa, resultados alcançados, considerações finais e por fim lista as referências utilizadas.

## 2 Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A fim de compreender a questão do desenvolvimento do setor agropecuário é necessário distinguir crescimento de desenvolvimento, uma vez que nas últimas décadas é possível verificar a ocorrência de uma alteração constante nas perspectivas relacionadas à dinâmica e à noção do que se entende como desenvolvimento (RAMBO, 2016). Neste contexto, o crescimento econômico é o aumento nominal da produção, enquanto o desenvolvimento econômico engloba questões estruturais nas quais ocorre aumento na produção oportunizada por elevações nos níveis de produtividade, existe aumento na renda média disponível, há maiores níveis de consumo, condições alinhadas com melhores possibilidades de acesso à educação, saúde e crescimento da longevidade (ARAÚJO e SCHUH, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2006; KUHN, 2015).

No contexto do desenvolvimento econômico outras definições do desenvolvimento passaram a ser trabalhadas, tais como do desenvolvimento rural, de modo que passou a existir “(...) uma ampla gama de estudos de caso, análises comparativas, reflexões de natureza metodológica e esforços de teorização” (SCHMITT, 2011, p.89). Nesta temática, segundo Wanderley (2001), é necessária a compreensão do rural o qual se caracteriza como um espaço que preserva peculiaridades históricas, socioculturais e ecológicas, fatores que lhe proporcionam uma realidade própria representando além de uma dimensão física também um lugar de vida. Neste viés, ao mesmo tempo em que se configura como um meio específico e diferenciado, o mundo rural constitui-se em um campo integrado, socialmente, ao conjunto da sociedade e ao contexto atual.

Segundo Kageyama (2004) definição de rural se comporta de maneira dinâmica, uma vez que com o passar do tempo, foi ganhando novas atividades e funções que resultaram em novas interpretações. Ao definir o tema, Graziano da Silva (1997) entende que a delimitação entre o rural e o urbano está cada vez mais difícil de ser identificada. O autor relata que tal divisão apresenta cada vez menor importância. E, pela ótica de espaço, afirma que o rural pode ser compreendido como “*continuum*” do urbano. No caso da diferenciação das atividades econômicas, os centros urbanos não podem ser caracterizados apenas pela presença de atividades industriais como o meio rural não apresenta somente atividades agropecuárias.

Segundo Souza e Klein (2019) a noção de meio rural manifesta diferentes conceituações conforme o período histórico e a conjuntura social em que está inserida. Para os autores, os diferentes entendimentos sobre o rural são influenciados pelos distintos contextos relacionados aos âmbitos econômicos, sociais e espaciais de cada época. De acordo com Kageyama (2004), Maluf (2005) e Cazella, Bonnal, Maluf (2009), o rural não é apenas agrícola, mas sim multissetorial (pluriativo) e multifuncional (tem função produtiva, ambiental, ecológica, social), caracterizado por baixa densidade populacional e marcado por um certo isolamento do rural em relação ao urbano. Neste contexto os autores supracitados, apontam que a agricultura familiar desenvolve no meio rural funções para além das atividades agrícolas, tais como o turismo, artesanato, preservação de recursos naturais e da paisagem, preservação de patrimônio cultural, de modo a incluir também a abordagem sustentável para o desenvolvimento rural (FREITAG, KLESENER, PLEIN, 2019; WAMMES et al, 2013).

Nosso pressuposto no trabalho aqui apresentado é de que para haver desenvolvimento rural é necessário que se tenha a presença de agricultores familiares, grupo social que existe desde os primórdios brasileiros, mas que passou a ser reconhecido como uma categoria a partir



da década de 1990, com a criação do Pronaf (ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005; MATTEI, 2014; MATTEI, 2018; BACELAR, FAVARETO, 2020)

Schneider (2004) salienta que o papel dos agricultores familiares no contexto do desenvolvimento rural toma novo relevo. As práticas produtivas adotadas pelo agricultor devem ser autônomas, de preferência com o agricultor “dominando tecnologias, tomando decisões, controlando e gerenciando processos e decidindo sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista” (SCHNEIDER, 2004, p. 96). O autor defende que o desenvolvimento rural se constitui a partir de ações articuladas que induzem mudanças socioeconômicas e ambientais e que resultam em melhoria de renda, em aumento da qualidade de vida e em bem-estar para as populações que vivem nos espaços rurais. Conforme a fonte citada, o desenvolvimento rural precisa garantir a erradicação da pobreza rural, garantir o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, sendo o território a unidade de referência no qual a preocupação central das populações esteja voltada para a sustentabilidade ambiental.

Na história brasileira, desde 1500, é possível observar que as ações voltadas ao meio rural favoreceram aos produtores patronais. Somente no final do século XX é que os agricultores familiares passaram a ser considerados nas políticas agrícolas (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005; MATTEI, 2019). A respeito das escolhas políticas efetuadas pelo Brasil, Veiga (2000, p. 23) apresenta suas críticas alegando que “se grandes fazendas e assalariados agrícolas fossem indicadores de desenvolvimento, então os países desenvolvidos deveriam tê-los adotado”.

Zachow, Plein (2018) e Bittencourt (2020) relatam que é evidente a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e para a segurança alimentar e nutricional da população. Para estes autores a categoria estimula as economias regionais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável, pois estabelece uma relação entre a família e a terra, provendo trabalho e moradia, produzindo para o próprio sustento, buscando o bem-estar da família e posteriormente a inserção no mercado de oferta de alimentos.

No que diz respeito à capacidade distributiva da agricultura familiar, Veiga (2000) considera o sistema poliprodutivo desta incomparavelmente melhor em termos socioculturais, além de contribuir com vantagens na ótica ambiental. Em sua concepção, “a agricultura familiar é muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade” (VEIGA, 2000, p. 26).

A classificação de agricultura familiar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) é baseada na Lei 11.326/06, segundo a qual os agricultores familiares são aqueles que: a) utilizam predominantemente a mão de obra da família; b) o proprietário em conjunto com a família efetua a gestão do estabelecimento; c) a renda obtida predominantemente das atividades agropecuárias e d) o tamanho é delimitado por lei (STOFFEL, 2013; BRASIL, 2017).

Nesta pesquisa, a caracterização da agricultura familiar em três territórios da Cidadania é realizada com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE. Assim, antes de trazer os dados, na próxima seção são caracterizadas as regiões dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná, e Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul e a Bacia Leiteira Alagoana no Alagoas.

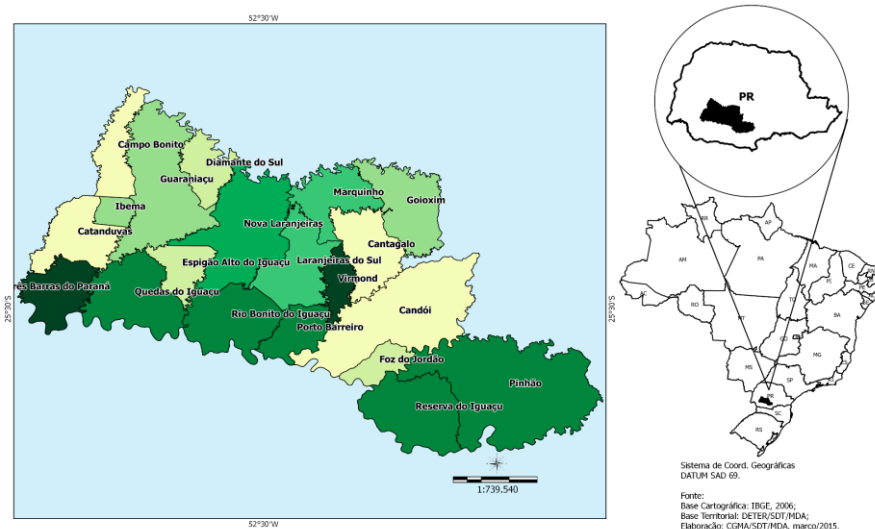


### 3 Os Territórios da Cidadania estudados

O Programa Territórios da Cidadania (PTC), instituído pelo governo federal em 2008, teve como principal objetivo promover ações voltadas para a redução das disparidades sociais e regionais, por meio da cooperação e da solidariedade, e dar seguimento ao que o programa Territórios Rurais, iniciado em 2003, (BERSON, ALLEBRANDT, 2014). Estes territórios foram constituídos por municípios homogêneos em relação aos seus problemas sociais e econômicos, nos quais havia a intenção de integrar gradativamente a população em um processo unificado de desenvolvimento do território, promovido por iniciativas públicas e privadas (SOUZA, HESPANHOL, 2021; DECKERT; ALLEBRANDT, 2013). Por meio de ações como estas o objetivo era estimular melhores níveis de desenvolvimento em regiões vulneráveis com baixos índices de desenvolvimento, por meio da organização social, planejando investimentos públicos. Neste artigo foram estudadas informações sobre a agricultura familiar de municípios localizados em três territórios da cidadania: Cantuquiriguaçu no Paraná, Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul e Bacia Leiteira Alagoana em Alagoas.

Os municípios que compõem o território de Cantuquiriguaçu, cuja localização pode ser visualizada na Figura 1, são: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro Cataratas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (SIT, 2021). Esses municípios estão localizados na região centro-sul do estado do Paraná, nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, daí o nome de Território Cantuquiriguaçu. A área possui uma área de 13.947,74 km<sup>2</sup>, equivalente a 7% do território do Estado do Paraná (IPARDES, 2007).

Figura 1: Mapa do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR



Fonte: Sistema Informações Territoriais, 2023.

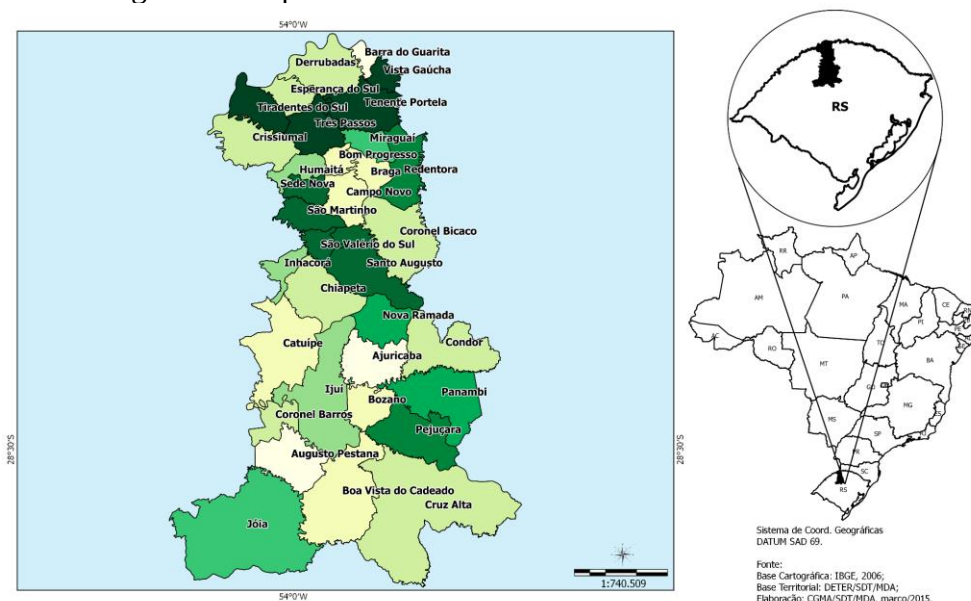
Krajevski (2018) observou que a região é caracterizada pela desigualdade e pobreza, sendo a segunda mais pobre do estado do Paraná. O autor destacou a existência e as lutas de movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em uma região onde 70% dos municípios têm ao menos um assentamento, somando um total de 50 assentamentos na região,

com aproximadamente 4.400 famílias, perfazendo em torno de 15.817 pessoas, ou seja, 6,8% da população da região.

Já o Território da Cidadania Noroeste Colonial fica localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser visualizado na figura 2. A região é composta por 34 municípios, sendo eles: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha (SIT, 2023).

Os municípios do território gaúcho têm uma área de 13.334,30 quilômetros quadrados, ou 4,7% da área total do Rio Grande do Sul. A região é caracterizada pela revolta dos povos indígenas que foram marginalizados com a chegada dos imigrantes brancos, bem como pelas lutas dos movimentos sociais. O MST é um dos movimentos mais influentes da região, mas existem outros movimentos rurais ligados à agricultura familiar apesar do aumento da concentração fundiária ao longo do tempo (BENSON; ALLEBRANDT, 2014)

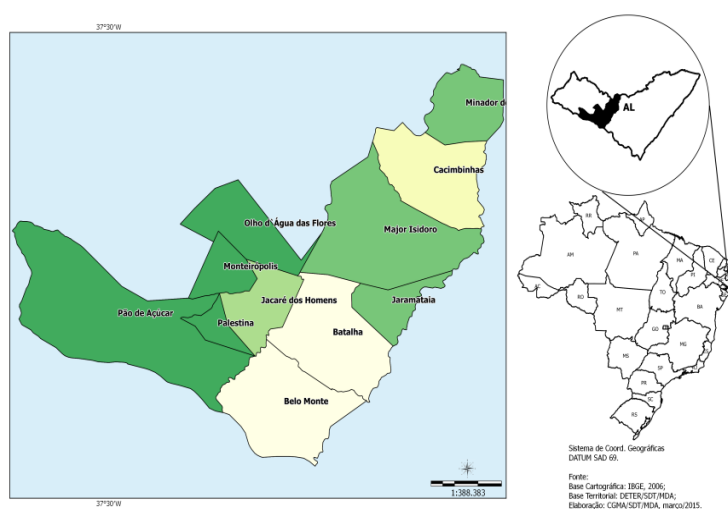
Figura 2 - Mapa Território Da Cidadania Noroeste Colonial



Fonte: Sistema de informações territoriais, 2023

O Território da Bacia Leiteira Alagoana abrange uma área de 2.782,90 quilômetros quadrados, sendo composto por 11 municípios, cuja localização pode ser visualizada na Figura 3. A região é composta por: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Palestina e Pão de Açúcar.

Figura 3 - Mapa Território Da Cidadania da Bacia Alagoana Leiteira



Fonte: Sistema de informações territoriais, 2023

O território da Bacia Leiteira Alagoana apresenta características distintas em relação às outras duas regiões, principalmente no que tange às questões de vulnerabilidade econômica e social existente naquela região, o que muitas vezes não é visto nas regiões sul que está sendo comparada.

#### 4. Metodologia

O método utilizado para compreender o problema de pesquisa, é predominantemente análise qualitativa. Segundo Creswel (2007) uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador faz argumentações de conhecimento com base em perspectivas construtivistas, buscando significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão.

Em relação aos objetivos o presente artigo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002), pode ser identificada por trabalhos nos quais o objetivo consiste na descrição das características de uma população ou fenômeno e com posterior estabelecimento de relação entre estas variáveis. Nesse sentido, o presente estudo busca caracterizar e analisar informações econômicas, sociais e ambientais em municípios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Alagoas, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os municípios estudados são integrantes das regiões que compuseram Territórios da Cidadania, tendo sido selecionados os territórios Cantuquiriguaçu no Paraná, Noroeste Colonial no Rio Grande do Sul e Bacia Leiteira Alagoana em Alagoas. Os municípios e suas respectivas localizações estão detalhadamente apresentados na seção 2.3 deste artigo.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa se enquadra como bibliográfica e documental. Neste último caso utilizando-se de levantamento de dados efetuado pelo Censo Agropecuário de 2017. O instrumento documental utilizado para a coleta de dados foi o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no qual foram coletados dados dos municípios pesquisados.



No que se refere a métrica para a análise dos dados, foram utilizados métodos da estatística descritiva para organizar, resumir e caracterizar os aspectos importantes de um conjunto de características coletadas. Segundo Amorim (2015) a estatística descritiva, tem como objeto simplificar uma série de valores, organizando e descrevendo os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (porcentagens, médias), permitindo que se tenha uma visão geral da variação desses valores. Ao condensar os dados foi realizada uma análise, interligando os dados numéricos com a bibliografia, referenciando temas que tangenciam o objeto de estudo.

## 5. Resultados e discussões

Nesta seção busca-se apresentar e analisar características da agricultura familiar existente nos municípios dos territórios da cidadania Cantuquiriguaçu - PR, Noroeste Colonial - RS e Bacia Leiteira Alagoana - AL, com base nos resultados do Censo Agropecuário 2017 elaborado pelo IBGE. Considerando que o eixo norteador do artigo diz respeito a caracterização da agricultura familiar existente nos municípios dos três territórios estudados, na tabela 1 é possível visualizar o número de estabelecimentos e área ocupada pela agricultura familiar nos locais estudados.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e área ocupada pela agricultura familiar nos territórios selecionados, em 2017

| Municípios do Território | Estabelecimentos | % sobre total da agropecuária | Área ocupada (hectares) | % sobre total da agropecuária |
|--------------------------|------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| Cantuquiriguaçu          | 19.508           | 79                            | 15.223                  | 28                            |
| Noroeste Colonial        | 18.785           | 84                            | 10.184                  | 35                            |
| Bacia Leiteira Alagoana  | 7.840            | 86                            | 6.772                   | 44                            |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, (2023).

Os dados disponíveis na tabela 1 permitem observar que dentre os três territórios, na Cantuquiriguaçu há o maior número de estabelecimentos, bem como área ocupada pela agricultura familiar, enquanto na Bacia Leiteira Alagoana os números são menores, o que também se justifica por ser esta última a região com o menor número de municípios. Neste sentido, cabe destacar que no Noroeste Colonial, apesar de ser constituído pelo maior número de municípios (34), o número de estabelecimentos e a área ocupada não chega aquele da Cantuquiriguaçu, que é constituída por 20 municípios.

Em relação ao percentual de estabelecimentos que a agricultura familiar ocupa dentro da agropecuária, observa-se que no território alagoano o percentual é de 86%, próximo daquele ocupado pela região gaúcha (84%), enquanto no território paranaense este percentual é de 79%. Quando a lente é direcionada para a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar constata-se que na Bacia Leiteira Alagoana e no Noroeste Colonial os percentuais são mais altos, mas não chegam a ocupar metade da área total existente. Já na Cantuquiriguaçu o percentual é de apenas 28%, indicando que nesta região há maior concentração de terras nas mãos dos produtores não familiares.

Com a intenção de averiguar a participação da agricultura familiar no número de pessoas ocupadas na agropecuária, a tabela 2 traz as informações para as regiões estudadas.

Tabela 2 – Pessoas ocupadas na agricultura familiar nos territórios estudados em 2017

| Região                  | Pessoas ocupadas |                                       | Pessoas ocupadas por estabelecimentos |
|-------------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
|                         | unidades         | % em relação ao total da agropecuária |                                       |
| Cantuquiriguaçu         | 47.780           | 74                                    | 2,4                                   |
| Noroeste Colonial       | 46.363           | 77                                    | 2,5                                   |
| Bacia Leiteira Alagoana | 21.827           | 79                                    | 2,8                                   |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, 2023.

A partir dos dados disponíveis na tabela 2, é possível verificar que em números absolutos o maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar está na Cantuquiriguaçu e o menor está na Bacia Leiteira Alagoana. Já em termos relativos, é no território alagoano que o percentual é o maior, ou seja, 79% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Em segundo lugar temos o território gaúcho e na última posição, com 74% está o território paranaense.

Ao estabelecer uma relação entre o número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar e o número de estabelecimentos da categoria, chegamos à média de pessoas ocupadas em cada estabelecimento. Conforme é possível observar na Tabela 2, a Bacia Leiteira Alagoana é a região na qual este dado é o maior, com 2,8 pessoas ocupadas na agricultura familiar para cada estabelecimento. Enquanto isso, na Cantuquiriguaçu este número corresponde a 2,4 pessoas, dado muito próximo ao Noroeste Colonial, onde a média é de 2,5.

Além destas características iniciais, na continuidade da apresentação dos resultados constam informações econômicas, sociais e ambientais que seguem destacadas nesta sequência nos próximos tópicos.

## 5.1. Aspectos econômicos

Em relação aos aspectos econômicos foram selecionadas informações junto ao Sidra/IBGE sobre atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar nas três regiões, além de observar o nível de renda alcançado por estes estabelecimentos.

Na tabela 3 é possível visualizar atividades produtivas desenvolvidas pelos estabelecimentos da agricultura familiar, destacando os dados em números absolutos e relativos.

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar nas três regiões, constata-se que na produção de lavouras temporárias o maior percentual de estabelecimentos é da agricultura familiar (80% na Cantuquiriguaçu, 82% no Noroeste Colonial e 88% na Bacia Leiteira Alagoana), mas quando o olhar é direcionado para a área ocupada os percentuais são inferiores, correspondendo a 29%, 28% e 49%, respectivamente.

Tabela 3 – Atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar com base no Censo agropecuário de 2017, nos territórios selecionados, considerando área ocupada

| culturas                                    | Cantuquiriguaçu |         |                    | Noroeste Colonial |         |         | Bacia Leiteira Alagoana |        |         |
|---------------------------------------------|-----------------|---------|--------------------|-------------------|---------|---------|-------------------------|--------|---------|
|                                             | % sobre total   | A.F.    | Total <sup>1</sup> | % sobre total     | A.F.    | total   | % sobre total           | A.F.   | total   |
| a) Produção de lavouras temporárias         | 29              | 136.837 | 476.558            | 28                | 235.435 | 830.882 | 49                      | 15.748 | 31.956  |
| b) Horticultura e floricultura              | 73              | 738     | 1.016              | 56                | 465     | 823     | 0                       | 0      | 0       |
| c) produção lavouras permanentes            | 6               | 359     | 5.834              | 0                 | 0       | 0       | 100                     | 164    | 164     |
| d) Pecuária e criação de outros animais     | 30              | 152.474 | 504.499            | 77                | 73.310  | 95.012  | 41                      | 47.803 | 116.368 |
| e) Produção florestal - florestas plantadas | 4               | 2.164   | 58.963             | 23                | 371     | 1.599   | 0                       | 0      | 0       |
| f) Produção florestal - florestas nativas   | 68              | 7.976   | 11.676             | 85                | 1.044   | 1.229   | 0                       | 0      | 0       |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, 2023.

Quando o foco está no número de estabelecimentos é possível verificar que em todas as atividades listadas na tabela 3, os agricultores familiares são responsáveis por mais de 50% daqueles que atuam nestas culturas. Entretanto, ao observar a área ocupada, a agricultura familiar supera a não familiar apenas na Horticultura e na produção florestal – florestas nativas (nos territórios Cantuquiriguaçu e Noroeste Colonial), na produção de lavouras permanentes (Bacia Leiteira Alagoana) e na pecuária e produção de outros animais (Noroestes Colonial)

Na tabela 4 estão apresentadas informações sobre a renda monetária obtida pelos estabelecimentos da agricultura familiar no ano de 2017 nos territórios da cidadania da Cantuquiriguaçu, Noroeste Colonial, Bacia Leiteira Alagoana.

Tabela 4 – Nível de renda monetária dos estabelecimentos de agricultura familiar nos territórios selecionados em 2017

| Nível de renda monetária em R\$ <sup>2</sup> | Cantuquiriguaçu |               | Noroeste Colonial |               | Bacia Leiteira Alagoana |               |
|----------------------------------------------|-----------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------------|---------------|
|                                              | nº estab.       | % sobre total | nº estab.         | % sobre total | nº estab.               | % sobre total |
| Maior que 0 e menor que 5.000                | 4421            | 23            | 1094              | 6             | 4403                    | 58            |
| De 5.000 a menos de 10.000                   | 2460            | 13            | 1442              | 8             | 1066                    | 14            |
| De 10.000 a menos de 25.000                  | 4019            | 21            | 3217              | 19            | 1200                    | 16            |
| De 25.000 a menos de 50.000                  | 3461            | 18            | 3511              | 20            | 526                     | 7             |
| De 50.000 a menos de 100.000                 | 2621            | 13            | 3309              | 19            | 231                     | 3             |
| De 100.000 a menos de 500.000                | 1835            | 9             | 4519              | 26            | 124                     | 2             |
| De 500.000 e mais                            | 669             | 3             | 174               | 1             | 3                       | 0             |
| <b>Total<sup>3</sup></b>                     | 19486           | 100           | 17266             | 100           | 7553                    | 100           |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, (2023).

<sup>1</sup> Neste total estão somadas as áreas da agricultura familiar e não familiar. % sobre total

<sup>2</sup> Os valores são monetários são nominais, correspondentes ao ano de 2017, conforme apuração do Censo Agropecuário do IBGE.

<sup>3</sup> Neste total não estão inclusos os estabelecimentos ‘sem valor da produção’ informados pelo Censo Agropecuário de 2017.

A partir dos dados da tabela 4 é possível observar que há um certo padrão em cada território quanto à renda dos estabelecimentos. Nos estabelecimentos da agricultura familiar da Cantuquiriguaçu 88% possuem rendas de até R\$ 100.000,00 para o ano de 2017. Enquanto no Noroeste Colonial 85% dos estabelecimentos indicaram rendas entre R\$ 10.000,00 e R\$ 500.000,00. Já na Bacia Leiteira Alagoana 88% destes estabelecimentos informou ter renda até R\$ 25.000,00 para o ano em questão. Assim, é possível constatar que no território paranaense há um certo equilíbrio nos percentuais dos estabelecimentos que tem renda desde zero até R\$ 100.000,00. Já no território gaúcho há disponibilidade de uma renda média alta na maior parte dos estabelecimentos. E no território alagoano é nítida a maior pobreza entre o maior percentual dos estabelecimentos.

## 5.2. Aspectos sociais

Nesta seção são apresentadas informações sobre a faixa etária, gênero e nível de escolaridade dos agricultores familiares responsáveis pela gestão do estabelecimento, iniciando pelas faixas etárias e gênero, na tabela 5.

Tabela 5- Faixa etária e gênero dos agricultores familiares que dirigem os estabelecimentos nos territórios selecionados para o ano de 2017

| Regiões                 | gênero       | Menor de 25 anos | De 25 a menos de 45 anos | de 45 a menos de 65 anos | Acima de 65 anos | total |
|-------------------------|--------------|------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-------|
| Cantuquiriguaçu         | Homens (H)   | 449              | 4212                     | 8019                     | 3151             | 15831 |
|                         | Mulheres (M) | 217              | 1128                     | 1463                     | 628              | 3436  |
|                         | H/M          | 2,1              | 3,7                      | 5,5                      | 5,0              | 4,6   |
| Noroeste Colonial       | Homens (H)   | 106              | 3098                     | 9528                     | 3882             | 16614 |
|                         | Mulheres (M) | 36               | 464                      | 1085                     | 586              | 2171  |
|                         | H/M          | 2,9              | 6,7                      | 8,8                      | 6,6              | 7,7   |
| Bacia Leiteira Alagoana | Homens (H)   | 126              | 1648                     | 2731                     | 1436             | 5941  |
|                         | Mulheres (M) | 74               | 579                      | 813                      | 433              | 1899  |
|                         | H/M          | 1,7              | 2,8                      | 3,4                      | 3,3              | 3,1   |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, 2023.

No território da Cantuquiriguaçu é possível observar que 82% dos produtores que dirigem estabelecimentos familiares são homens (total de 15.831 homens e 3.436 mulheres). Em todas as faixas etárias predomina o gênero masculino, com uma relação entre homens e mulheres que varia desde 2,1 na faixa etária mais jovem, até 5,5 homens para cada mulher nas idades entre 45 e 65 anos.

No Noroeste Colonial os homens dirigem 88% dos estabelecimentos familiares (16.6614 homens para 2.171 mulheres). Em todas as faixas etárias predominam os homens nesta função, com uma relação entre o gênero masculino e o feminino que oscila entre 2,9 na idade até 25 anos e chega a 8,8 na faixa etária de 45 até 65 anos. Esta é a região na qual é possível observar a pior relação entre os dois gêneros, indicando que a masculinização para a agricultura familiar deste espaço rural.

Já na Bacia Leiteira Alagoana os homens respondem por 76% do total de estabelecimentos da agricultura familiar dirigido pelo gênero (5.941 homens para 1.899 mulheres), sendo este o território no qual, em termos relativos, as mulheres têm maior

participação na direção dos estabelecimentos familiares. Neste local também a relação entre homens e mulheres, em todas as faixas etárias, é menor, oscilando entre 1,7 na faixa etária até 25 anos, chegando a 3,4 na idade entre 45 e 65 anos.

Os resultados de predominância do gênero masculino na direção dos estabelecimentos da agricultura familiar estão alinhados com as abordagens sobre masculinização de autores como Maia e Buainain (2015).

Na sequência, na tabela 6, são apresentadas informações sobre o nível de escolaridade de homens e mulheres que dirigem estabelecimentos familiares.

Tabela 6 – Escolaridade, por gênero, dos agricultores familiares que dirigem os estabelecimentos nos territórios selecionados para o ano de 2017.

| <b>Regiões</b>          | <b>Gênero</b> | Sabe ler e escrever | % em relação ao total | não sabe ler e escrever | % em relação ao total | Nunca frequentou escola | % em relação ao total |
|-------------------------|---------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| Cantuquiriguaçu         | Homens        | 14.887              | 83                    | 1.157                   | 76                    | 1.200                   | 76                    |
|                         | Mulheres      | 3.096               | 17                    | 368                     | 24                    | 374                     | 24                    |
|                         | total         | 17.983              | 100                   | 1.525                   | 100                   | 1.574                   | 100                   |
| Noroeste Colonial       | Homens        | 16.131              | 89                    | 483                     | 78                    | 393                     | 76                    |
|                         | Mulheres      | 2.031               | 11                    | 140                     | 22                    | 123                     | 24                    |
|                         | total         | 18.162              | 100                   | 623                     | 100                   | 516                     | 100                   |
| Bacia Leiteira Alagoana | Homens        | 2.861               | 71                    | 3.080                   | 81                    | 1.637                   | 82                    |
|                         | Mulheres      | 1.157               | 29                    | 742                     | 19                    | 365                     | 18                    |
|                         | total         | 4.018               | 100                   | 3.822                   | 100                   | 2.002                   | 100                   |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, 2023.

As informações sobre escolaridade podem ser observadas sob diferentes aspectos, neste caso estamos observando como é a relação entre os gêneros em relação ao fato de saberem ler e escrever ou não. Nos territórios Cantuquiriguaçu e Noroeste Colonial o percentual de homens e mulheres que sabem ler e escrever estão próximos, sendo de 83% e 17% no primeiro local e de 89% e 11% no segundo. Entre estas duas regiões é possível constatar que no território paranaense há mais mulheres que sabem ler e escrever, tanto em termos absolutos quanto relativos. No território alagoano, por sua vez, as mulheres que dirigem estabelecimentos e sabem ler e escrever apresentam percentual bastante superior àquele dos territórios anteriores.

Um aspecto negativo a ser destacado para os dados da tabela 6, diz respeito à quantidade de homens e mulheres que não sabem ler nem escrever, bem como daqueles que nunca frequentaram a escola. Os territórios paranaense e alagoano apresentam os piores dados, quando observados os dados absolutos. Neste sentido a agricultura familiar é um dos espaços nos quais a alfabetização e o acesso ao conhecimento ainda constituem um desafio.

Segundo Sen (2000), a privação de educação impede que se possa usufruir de liberdade de escolha e compromete o desenvolvimento. Esta privação fica nítida nos dados apresentados para os três territórios, quando aparece um elevado número de pessoas que sequer sabem ler e escrever na agricultura familiar.

### 5.3. Aspectos ambientais

Em relação aos aspectos ambientais na agricultura familiar, foram selecionadas duas informações disponíveis nos dados do Censo Agropecuário de 2017, sendo elas a utilização de



agrotóxicos e a realização de produção orgânica, informações que podem ser visualizadas na tabela 7.

Tabela 7 - Utilização de agrotóxico e produção orgânica nas três regiões pesquisadas no ano de 2017

| Regiões                 | utiliza agrotóxico |                       | não utiliza agrotóxicos |                       | realiza produção orgânica |                       | não realiza produção orgânica |                       |
|-------------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|
|                         | Estabelec          | % sobre total da A.F. | Estabelec               | % sobre total da A.F. | Estabelec                 | % sobre total da A.F. | Estabelec                     | % sobre total da A.F. |
| Cantuquiriguaçu         | 13.720             | 70                    | 5.785                   | 30                    | 619                       | 13                    | 4.150                         | 87                    |
| Noroeste Colonial       | 16.746             | 89                    | 2.024                   | 11                    | 57                        | 5                     | 1.099                         | 95                    |
| Bacia Leiteira Alagoana | 619                | 8                     | 7.212                   | 92                    | 57                        | 1                     | 6.544                         | 99                    |

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário - 2017, 2023.

Analisando os dados da tabela 7, observando a utilização ou não de agrotóxicos pela agricultura familiar, observa-se que no território Noroeste Colonial é maior o percentual daqueles que fazem uso, sendo o percentual de 89%. Enquanto o território da Bacia Leiteira Alagoana é aquele no qual apenas 8% dos estabelecimentos familiares informaram utilizar agrotóxicos. Considerando apenas esta variável poderia se dizer que o território alagoano consegue ter agricultores mais sustentáveis do que os outros dois territórios.

A realização de produção orgânica nos estabelecimentos familiares dos dois territórios, no ano de 2017, ainda se mostrou bastante insipiente, com destaque maior para o território paranaense no qual 13% dos estabelecimentos familiares informaram realizar este tipo de produção sustentável. Nos outros dois territórios os percentuais são mais baixos, sendo de apenas 1% na Bacia Leiteira Alagoana.

Assim, observando a participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos, foi possível observar que nos três territórios o percentual mínimo é de 79% (na Cantuquiriguaçu) e máximo de 86% na Bacia Leiteira Alagoana, acima inclusive do percentual nacional que é de 77%. Por outro lado, na área ocupada o percentual mais baixo está na Cantuquiriguaçu (com 28%) enquanto na Bacia Leiteira Alagoana está o maior percentual (44%). Esta categoria responde pela maior parte das pessoas ocupadas na agropecuária das três regiões, oscilando de 74% no território paranaense até 79% no território alagoano. A média de pessoas ocupadas por estabelecimentos varia de 2,4 até 2,8 nestes dois territórios, respectivamente.

Em relação aos aspectos econômicos destacados no texto, as atividades produtivas que ocupam maiores áreas da agricultura familiar são a produção de lavouras temporárias e a pecuária e criação de outros animais. Chama a atenção, que no Noroeste Colonial o percentual de área que se dedica à pecuária e produção de outros animais é de 77% da área total da agropecuária dedicada a esta atividade. Nas demais atividades e regiões as culturas com as quais a agricultura familiar se dedica ocupam áreas geralmente menores, tais como já era esperado. Quanto à renda observa-se um comportamento interessante, uma vez que na Cantuquiriguaçu a maior parte dos estabelecimentos tem renda de até R\$ 100.000,00. Enquanto na Bacia Leiteira Alagoana o teto da maioria dos estabelecimentos é de até R\$ 25.000,00. Já no Noroeste Colonial a maior parte dos estabelecimentos tem renda que varia de R\$ 10.000,00 até R\$ 500.000,00.

Em relação aos aspectos sociais, a faixa etária na agricultura familiar nestes territórios estudados foi possível observar a predominância do homem nesse espaço rural da agricultura familiar, a situação da população da masculina e feminina nos três territórios são similares, na qual a maior parte da população é formada por trabalhadores com idades entre 45 e 65 anos de idade. Nas três regiões os dados apontam para a ocorrência o predomínio de homens com idades mais elevadas.

No aspecto ambiental vale ressaltar, que na utilização de agrotóxicos o Território da Bacia Alagoana apresentou o menor percentual com apenas 8% dos estabelecimentos utilizam agrotóxicos. Na produção de orgânicos a situação é muito inicial, mas o território da Cantuquiriguaçu se destacou em relação aos territórios estudados.

## 6. Considerações Finais

O debate em torno do desenvolvimento rural, agricultura familiar e territórios da cidadania são relativamente recentes, no entanto os conceitos de desenvolvimento e agricultura familiar ou de subsistência antecedem e que dão base a esse debate, fazem parte da história brasileira e internacional. Permeiam os conceitos diversas abordagens feitas por diferentes autores, sendo impossível retratar todos, assim tentou-se trazer autores mais recentes para conceituar a pesquisa.

A partir do objetivo da pesquisa que buscou identificar como evoluiu a participação da agricultura familiar no meio rural e como esta evolução se relaciona com o desenvolvimento rural nos municípios estudados, considerando-se um contexto brasileiro no qual, historicamente, o favorecimento da política agrícola foi para a agricultura patronal/não familiar, e analisando estritamente as questões econômicas, sociais e ambientais.

Constatamos que no âmbito no econômico, principalmente na questão renda, a Cantuquiriguaçu apresentou maior número de propriedades na faixa mais baixa, a situação do território da Bacia Leiteira Alagoana é ainda pior com mais que a metade das propriedades na faixa de renda mais baixa. Entretanto o território do Noroeste colonial apresentou as propriedades rurais com maior incidência nas faixas entre R\$ 10.000,00 até 500.000,00.

Em relação às questões sociais, na faixa etária foi possível constatar que a maior parte dos agricultores familiares que dirigem estabelecimentos tem idade entre 45 e 65 anos, sendo também nesta faixa etária que há um predomínio maior de homens, o que ocorre nos três territórios estudados. Neste aspecto, aparece tanto o predomínio masculino quanto daqueles com idades mais elevadas da categoria nos três espaços. Por fim, na escolaridade, se constata que esta é baixa tanto para os homens quanto para as mulheres que dirigem os estabelecimentos da agricultura familiar. Neste sentido, os dados reforçam a necessidade de estudos pormenorizados sobre a realidade desta categoria em cada região para que assim possam ser ofertadas políticas públicas que contemplem as reais necessidades existentes.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Viviam Cicarini de Souza. **Estatística Descritiva: breve histórico, conceitos e exemplos aplicados ao ensino médio**. 2014. UFMS, Campo Grande, 2014.

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. **Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.
- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável.** In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 33-55.
- ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento econômico e o papel da agricultura.** In: **ECONOMIA e administração agroindustrial.** Piracicaba: DESR/ESALQ, 1995. cap. 1, p. 1-28. (Série Didática, n. 96).
- BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – Uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 9-29, 2020
- BENSON, Aline.; ALLEBRANDT, Sérgio Luis. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 16, núm. 2, maio-agosto, 2014, pp. 247-261 Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil. 2014.
- BITTENCOURT, Daniela. (2020). **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação.** Secretaria de Comunicação – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- CARNEIRO, M.J.; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar.** In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial- contribuições ao debate.** Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, 2005. 168 p. Cap. 3 (p. 43 a 58).
- CAZELLA, Ademir A.; BONNAL; Philippe; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa.** In: Agricultura familiar multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.47-70.
- CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L. **A efetividade da cidadania no Programa Territórios da Cidadania: um estudo de caso do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul.** Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 2, n. 2, p. 139-152, 2013.
- FREITAG, C.; KLESENER, H. M.; PLEIN, C. (2019). Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. *Orbis Latina*, 9(1), 95-109.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 Ed. Atlas. São Paulo, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A Importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina., 2018

KÜHN, Daniela Dias. **Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando? Redes, Santa Cruz Sul**, (Online), v.20, n.2, p.11-30, maio/ago. 2015.

LEI nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 02 abr. 2023.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. **O novo mapa da população rural brasileira**. Confins, São Paulo, v. 5, n. 25, p. 23-50, 4 nov. 2015. Mensal. OpenEdition.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 293-307, 2018.

MATTEI, L. A nova realidade agrícola e agrária do país revelada pelo Censo Agropecuário de 2017. **Revista NECAT**, a. 8, n.16, p. 1-7, 2019.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados. v. 16, nº 44. São Paulo: USP. 2001.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; DENTZ, E. **Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres**. Revista Grifos, Chapecó, n.46, p. 9-26, 2019.

SCHMITT, C. J. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Editora da UFRGS. Série Estudos Rurais, 2016. p. 93 - 140.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPAHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **O Programa Territórios da Cidadania como Política Pública de Desenvolvimento Territorial**. Artigo.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Caracterização do Território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4117057>> Acesso em 1 abril. 2023.

STOFFEL, J. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na Região**



**Sul do Brasil.** 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2013.

SIT, **Sistema de Informações Territoriais. Perfil Territorial Cantuquiriguaçu.** Disponível em <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_025\\_Cantuquiriguaçu/C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_025_Cantuquiriguaçu/C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf)> Acesso em: Abril. 2023.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. O meio rural e as novas perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. **2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento.** Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2013

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: GIARRACCA, N. Una nueva ruralidad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.31-44.

ZACHOW, M.; PLEIN, C. **A gestão como característica da agricultura familiar.** Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 6, p. 3318-3334, out./dez. 2018.